

Teixeira, José, 2005, “Relações linguísticas de antonímia: O insucesso da Lógica e o valor da cognição humana”, in Maria Aldina Marques, Erwin Koller, José Teixeira, Aida Sampaio Lemos (Organizadores), *Ciências da Linguagem: 30 anos de investigação e ensino*, Universidade do Minho, Braga.

Relações linguísticas de antonímia: O insucesso da Lógica e o valor da cognição humana

José Teixeira
ILCH - Universidade do Minho
jsteixeira@ilch.uminho.pt

Abstract

How far can we say that *father* is the antonym of *daughter*, or that *blue* is the antonym of *yellow*? Are the linguistic units discrete or can they oppose by relations in a scale basis? Do the words, in use, function independently of their linguistic value?

Before this kind of questions, with a positive answer in structuralism, inspired in theories of a logical fundamentation, Cognitive Linguistics proposes an alternative answer.

Differently from the analyses intending to view, in the relations of the linguistic system, logical relations, we try to show that a cognitive proposal for the phenomena of antonymy reveals itself more adequate in their explanation.

Keywords : antonymy, spatial localization, prototype.

Resumo

Até que ponto se pode dizer que *pai* é o antónimo de *filha*, ou que *azul* é antónimo de *amarelo*? As unidades linguísticas são discretas ou podem opor-se por relações de grandeza em escala? As palavras, em uso, funcionam “independentemente” do seu valor linguístico?

Perante questões como estas, de resposta positiva em visões de cariz generativista, inspiradas numa perspectiva de funcionamento lógico das relações das unidades componentes das línguas, a Linguística Cognitiva propõe resposta alternativa. Diferentemente das análises que pretendiam ver nas relações do sistema linguístico relações definíveis em moldes lógicos, procurar-se-á mostrar com uma proposta cognitiva (experencialista) para os fenómenos da antonímia se revela mais adequada na explicação dos mesmos.

Palavras-chave: antonímia, localização espacial, protótipo.

1. Estruturas lógicas e mecanismos cognitivos

Se é verdade que a luta entre o racionalismo e o empirismo acompanha a fundação e o desenvolvimento da história da ciência da chamada “civilização ocidental”, não é menos verdade que a “racionalidade” sempre foi considerada como o elemento nobre, a estrutura mais caracterizadamente humana, melhor, a única que define a essência da humanidade individual. A definição de “homem” com um único qualificativo –“animal racional”—marca, ainda, a absoluta dominância valorativa da racionalidade lógica sobre as outras vertentes cognitivas.

E se o homem se define pela sua racionalidade, a linguagem e o pensamento –entidades que reflectem o “ser-se humano” em mais alto grau— terão que ser vistos, dentro desta perspectiva, como realidades que assentam em mecanismos racionais, entendendo-se estes como logicamente estruturados.

Não admira, por isso, que até à contemporaneidade quase toda a tradição de estudos sobre as línguas se tenha baseado na perspectiva de que os mecanismos mentais (e linguísticos) assentam obrigatória e preferencialmente em mecanismos lógicos, no sentido da lógica clássica. As correntes estruturalistas europeias e o generativismo americano são as vertentes mais salientes desta perspectiva filosófica.

Nas últimas duas décadas do século XX, a Linguística Cognitiva defende, diferentemente, que os mecanismos da cognição humana não são prioritariamente lógicos e objectivistas, mas experiencialmente modelizados. Há, assim, uma contraposição entre duas perspectivas filosóficas, em muitas coisas antagónicas, que Lakoff e Johnson designarão como “objectivismo” (concepção clássica de fundamentação lógica) contraposto ao “experiencialismo” ou “realismo experiencial” (cfr. Lakoff e Johnson 1980, Lakoff 1987 e Johnson 1987).

Estas duas visões acarretarão, inevitavelmente, enfoques diferentes nos estudos linguísticos, já que cada uma delas parte de pressupostos contrários relativamente à relação linguagem/pensamento:

Para los defensores del objetivismo, el pensamiento es una manipulación mecánica de símbolos abstractos, que adquieren su significado por correspondencia directa con el mundo exterior: Para los experiencialistas, el pensamiento es más que una manipulación de símbolos abstractos; presenta una estructura ecológica en el sentido de que la eficiencia en el procesamiento cognitivo depende de la estructura global del sistema conceptual, y no simplemente de operaciones entre símbolos aislados. (Cuenca e Hilferty,1999:15)

Na relação entre lógica e pensamento:

Para los objetivistas, el pensamiento es “lógico”, en el sentido filosófico del término: puede ser formalizado de manera precisa por sistemas como los de la lógica matemática. Sin embargo, para los experiencialistas, el pensamiento es imaginativo, lo cual explica la capacidad para el pensamiento abstracto, que nos lleva más allá de lo que podemos percibir. La estructura conceptual sólo puede describirse usando “modelos cognitivos”, no a partir de valores de verdad como los utilizados en la lógica proposicional. (Cuenca e Hilferty,1999:16)

Nada melhor que a observação dos fenómenos linguísticos para verificar algumas incongruências de um tipo de análises que pretende ver nas relações do sistema linguístico relações definíveis em moldes lógicos. Procuraremos reexaminar alguns desses fenómenos (neste caso, os ligados à antonímia) através de uma visão cognitiva (experencialista) que, a nosso ver, se revela mais adequada para a respectiva explicação.

2. Quantas antonímias deve haver?

Se se entender que a oposição entre as unidades linguísticas reflecte as oposições da lógica, será natural tentar fazer a respectiva correspondência, detectando nas relações linguísticas várias antonímias.

É o que faz, por exemplo, sucintamente Pietroforte e Lopes (*in* Fiorin 2003:127-128) e mais explanadamente Campos (Campos 91:237-244).

2.1. A antonímia binária complementar

Segundo Campos (1991) entre unidades como as apresentadas em

1a) Ele **sabe** quem é o Miguel.

1b) Ele **ignora** quem é o Miguel.

existe “antonímia binária complementar”. Quando isto acontece entre duas unidades, a afirmação positiva de uma implica a afirmação negativa da outra.

Se 1a) é verdadeira, então 1b) é falsa, e se 1a) é falsa, então 1b) é verdadeira.

Os exemplos citados por Campos (1991:237-238) de outros pares são *mentir/dizer a verdade*, *morto/vivo*, *inocente/culpado*, *par/ímpar* (no caso dos números inteiros):

E diremos, generalizando, que entre duas unidades lexicais P e Q há uma relação de antonímia binária complementar se, no uso predicativo dessas unidades (isto é, quando, numa frase, as unidades lexicais funcionam como predicados), a asserção positiva de P implica a asserção negativa de Q, e a asserção negativa de P implica a asserção positiva de Q” (Campos 1991: 237-238).

As unidades lexicais que sejam antónimos binários complementares constituem-se em mini-sistemas de apenas dois elementos incompatíveis. Ou é um ou o outro; um é a alternativa ao outro.

Maria Henriqueta Campos dá-se conta da repartição tão rígida das palavras que estão em antonímia binária complementar e diz que

Em termos físicos objectivos, não há necessariamente complementaridade binária entre, por exemplo, o que é “vida” e o que é “morte” – o desenvolvimento da ciência define situações intermédias, pode-se estar vivo para efeitos legais, embora clinicamente morto. Uma situação como esta corresponderia a um terceiro elemento do subsistema. Mas, linguisticamente, há sempre construção de uma relação de complementaridade binária entre as unidades (*estar vivo* e (*estar morto*). (Campos 1991: 238)

Há aqui uma série de equívocos que permitem manter de pé esta tão rígida bipartição dos termos da antonímia binária complementar.

Por um lado, a ideia que pode haver mesmo sempre dois termos que são inequivocamente binários para o falante. A introdução da possibilidade do terceiro termo (que Maria Henriqueta Campos admite) indica, de alguma forma, a pouca segurança que esta configuração merece.

Entre *vivo* e *morto* pode incluir-se o *moribundo* ou mesmo os clássicos *mortos-vivos* dos filmes de terror: personagens historicamente mortas, mas que podem comportar-se como seres vivos. O conde Drácula não é mesmo um destes casos? Poderá ser considerado, no universo de crenças que suporta esse tipo de histórias, nitidamente vivo ou nitidamente morto?

Por outro lado, este tipo de antonímia (a antonímia binária complementar) só faz sentido numa concepção das unidades linguísticas como realidades rígidas, com um significado dotado de condições necessárias e suficientes. Neste tipo de concepção, o significado linguístico não é o que os falantes realmente usam, mas qualquer coisa que a língua estrutura independentemente dos conhecimentos dos falantes. Daí a célebre distinção tão marcada entre o “significado linguístico” (supostamente comum a todos os falantes) e significado enciclopédico (de cognição individual, diferente de falante para falante). Só desta forma se compreende a evidente contradição que Campos aceita: reconhece (na última citação apresentada) que “*em termos físicos objectivos, não há necessariamente complementaridade binária entre, por exemplo, o que é ‘vida’ e o que é ‘morte (...) mas, linguisticamente, há sempre construção de uma relação de complementaridade binária entre as unidades (estar vivo e (estar morto.*” Então, porque é que não havendo binarismo complementar na realidade, o há na língua? Como se prova isto? É um axioma indemonstrável? As palavras da língua não comportam no seu significado a percepção da realidade que os falantes possuem e constroem? E se nem

sempre vida e morte são obrigatoriamente percebidas binariamente, por que é que as palavras (globalmente consideradas) que significam essa percepção são obrigatoriamente antónimos binários? Isto implica, naturalmente, que não se aceita que o significado das palavras contém a percepção do mundo que os falantes têm, mas antes uma rede estrutural construída abstractamente pela língua e que supostamente é comum a todos.

Ora segundo a perspectiva prototípica contrária a esta concepção, nem todos os vivos são vivos da mesma forma, ou todos os mortos são mortos por igual.¹ E todos os falantes sabem isto e tacitamente o admitem como valor possível nos vários usos que se podem dar a palavras como *vivo* e *morto*. Há vivos mais vivos do que outros, bem assim como mortos mais mortos do que outros. Por isso mesmo é que são possíveis e facilmente percebidas construções como

- 2) Ele está mais morto do que vivo.
- 3) O rato com que o gato brinca já está meio morto.
- 4) Ela tem um olhar muito vivo.

E o binarismo absoluto entre *mentir/dizer a verdade*? Uma visão assente na dimensão prototípica compreende muito bem que nem sempre fugir à verdade seja igual a mentir. A mentira, no seu sentido central, prototípico (a “mentira mesmo mentirosa”) é intencional e conscientemente utilizada. Mas nem todas as mentiras são assim. Pode-se não dizer a verdade nua e crua e não se estar a mentir. Como diz João Monge num poema dedicado à saudade (“Pode ser que seja a Saudade”) cantado pelo grupo *Ala dos Namorados*², a saudade nem sempre é mentirosa, mesmo quando não nos deixa ver a verdade das coisas:

Pode ser que seja a saudade
Às voltas para me seduzir.
Ela às vezes foge à verdade,

¹ A concepção prototípica defende que o significado linguístico se organiza em categorias em que há membros mais (proto)típicos e outros menos: ou seja, do conjunto de elementos pertencentes a uma categoria, uns são mais centrais e outros mais periféricos. Ao contrário das concepções de cariz estruturalista em que os membros de uma categoria possuem todos o mesmo estatuto, na concepção prototípica o grau de pertença à categoria varia entre muitos membros do grupo. Os conceitos de *cadeira*, *azul*, *correr*, assentam em modelos categoriais que fazem com que haja algumas cadeiras mais “cadeiras” que outras, que haja vários azuis, mas que um desses tipos seja um azul mais azul que outros, etc. A propósito da noção de protótipo, ver mais à frente em 3. *A antonímia como conceito prototípico* (sobre a noção de protótipo, ver, por exemplo, Teixeira 2001: 61-80 e Silva 2004:79-96). A noção de protótipo foi primeiramente utilizada e desenvolvida em Antropologia (Brent Berlin e Paul Kay no estudo da percepção das cores). Foi sobretudo nos anos setenta do século XX que Eleanor Rosch e a sua equipa de investigação em Psicolinguística utilizaram e desenvolveram o conceito de protótipo no estudo da categorização das cores, das aves e de outras classes linguisticamente traduzíveis em conceitos lexicalizados (E. Rosch: 1973, 1975, referindo apenas os trabalhos iniciais).

² Ala dos Namorados, *Solta-se o Beijo*, 1999.

Mas quase nunca chega a mentir.

2.2. A antonímia não-binária complementar

Para Campos, a antonímia complementar, para além de “binária”, também pode ser “não-binária” quando há “incompatibilidade entre os elementos de um subsistema constituído por mais de dois elementos”. (Campos 1991:239).

Exemplos apresentados: *amar/odiar*, *carrasco/vítima*, *direita/esquerda*, *ouros/paus* (entre os naipes do jogo de cartas) e as cores.

Nestes casos, a afirmação positiva de uma das unidades não implica a negatividade da outra: *ele ama X* implica *ele não odeia X*, mas *ele não ama X* não implica *ele odeia X*.

Neste caso, segundo Maria Henriqueta Campos (1991)

Estes pares estão em relação de **antonímia não-binária**, isto é, pertencem a subsistemas lexicais constituídos por mais de dois elementos. Esses subsistemas podem corresponder a classes fechadas cujos elementos são, por exemplo, os nomes dos dias da semana, ou das estações do ano, ou dos naipes das cartas de jogar. Podem também corresponder a classes abertas cujos elementos são, por exemplo, os nomes das cores, das plantas, etc. (Campos 1991:239)

É um pouco estranha esta noção de antonímia, indo mesmo contra o modelo de “contrário” que os falantes cognitivamente têm e de que se servem para organizarem e acederem mentalmente ao léxico, já que neste conceito de “antonímia não-binária” as relações se estabelecem não entre elementos que se contradizem, mas entre elementos que se completam como partes de um todo.

Por outro lado, se os sistemas a que os antónimos não-binários pertencem podem ser sistemas em aberto, como é que os mesmos elementos podem ser entendidos como oposição? *Azul* opõe-se a *verde*? E *azul esverdeado* ou *verde azulado*? E os nomes das plantas? Quer dizer que *pinheiro* é antónimo de *cenoura* ou de *figueira*?

Este desfasamento entre a realidade das percepções e dos usos que os falantes fazem da língua e a suposta organização lógica da mesma é possível, nas concepções estruturalistas e generativistas, porque, para estas, as verdadeiras relações linguísticas não são as que os falantes usam, mas as que a língua tem independentemente das usadas pelos falantes(!):

Independentemente da estruturação semântica do léxico da língua, há relações que são construídas numa determinada enunciação. A bem conhecida sequência *quem não é por mim é contra mim* exemplifica a construção de uma relação de complementaridade binária entre os

predicados *(ser) por* e *(ser) contra*. No entanto, no léxico, estes predicados estão associados por uma relação semântica de antonímia não-binária, isto é, integram um subsistema a que pertence também o predicado *(ser) neutro*. (Campos 1991:239-240, sublinhado nosso.)

Que evidências é que levam a defender que no léxico “só existe” a tríade *ser por/ ser neutro/ ser contra*? A oposição básica, primeira é *ser por/ser contra*. Aliás, no fundo, *ser por/ser contra*, antes de ser uma oposição, é uma equivalência e implicação que envolve dois termos: *ser por A* implica *ser contra B*. A neutralidade é uma possibilidade, mas não uma obrigatoriedade justificadora da oposição.

Mas simultaneamente com esta, o mesmo léxico permite:

- I. *ser por A contra B/ ser por B contra A*
- II. *ser por A/ ser contra A/ não ser por A nem por B (neutro)*
- III. *ser por A/ ser contra A/ ser por A ou por B por motivos próprios (parcial)*
- IV. *ser por A e por B*
- V. *ser contra A e contra B*

As duas últimas estruturas (IV e V) já não utilizam o conceito prototípico de *ser por/ ser contra*, já que agora pode-se *ser por A* sem ter que se *ser contra B*, ou então, em V., ser-se simultaneamente *contra* os dois. Num contexto em que duas crianças, jogando às cartas, perguntam à mãe “por quem é que ela é”:

5) Se jogarem direitinhos sou pelos dois, mas se se zangarem sou contra os dois!

Não se pode dizer que, aqui, “ser pelos dois” é igual a ser neutro, porque “ser contra os dois” também não quer dizer neutralidade.

As possibilidades apresentadas em I-V mostram como o léxico é um conjunto aberto de potencialidades e não apenas um encadear de micro-estruturas rígidas como a semântica de cariz componencial pretendia. Que razões para dizer que só existe a estrutura II? Não é ela uma entre várias que a elasticidade (e prototipicidade) do léxico permite?

2.3. Antonímia graduável

Segundo Campos (1991:240) existe antonímia graduável em casos como

- a) *o café está quente* \Rightarrow *o café não está frio*
- b) *o café não está quente* \nRightarrow *o café está frio*

Nestes casos:

1. entre as unidades lexicais (*quente/frio*) não há uma relação de antonímia binária complementar;
2. estas unidades podem combinar-se com os quantificadores *pouco, um pouco, muito, ligeiramente, bastante, muito, mais/menos, etc.*
3. fazem parte de uma escala contínua da qual são os membros opostos.

Resumindo,

entre duas unidades lexicais P e Q há uma relação semântica de **antonímia graduável** (ou **polar** ou **escalar**) quando essas unidades podem ser associadas aos extremos (ou pólos) opostos de uma escala contínua. (Campos 1991:241)

Cita, para exemplificar, os pares *grande/pequeno, rico/pobre, bom/mau, longe/perto*, podendo, os pontos intermédios da escala, corresponder a unidades diferentes (*quente, morno, tépido, fresco, frio*).

O conceito de **antonímia graduável** é possível em concepções semânticas composicionais, em que as unidades lexicais são consideradas como itens preenchidos por um conjunto de traços necessários, suficientes e univocamente entendidos e interpretados pelos falantes. Uma espécie de valores formais, matemáticos e delimitados quanto à respectiva abrangência, da mesma forma e do mesmo modo para e por todos os falantes. Nesta concepção, é possível não apenas saber quais são os extremos e os pontos intermédios da escala, mas igualmente ordenar as unidades nessa mesma escala.

Ora a realidade linguística (neste caso semântica) não parece fazer-nos a vontade assim tão facilmente.

O principal argumento de fundo que questiona esta perspectiva vem ainda do estruturalismo clássico: o signo linguístico é um signo discreto, não contínuo. Entre as unidades linguísticas não é possível estabelecer uma escala gradativa como entre os signos matemáticos ou musicais. Nenhuma palavra é intrinsecamente escalável, incluindo os adjectivos. A realidade a que essa palavra se refere é que o pode ser: pode ser objecto da medida de uma (outra) escala numérica. Mas o que é gradativo é a realidade e a escala que a mede e não o termo linguístico que também se pode aplicar à mesma situação, **mas não do mesmo modo que uma escala**. As aplicações das grandezas escalares são absolutas (não admitem divergências) e unívocas (iguais para todos). Ora com a antonímia graduável não se passa nada disso.

Campos identifica os antónimos graduáveis como “extremos (ou pólos) de uma escala contínua”. Mas imediatamente a seguir, vendo a dificuldade que há em estabelecer quais são esses “extremos”, refere:

O recurso à combinação com quantificadores é, por vezes, insuficiente, quando se pretende exprimir o grau mais elevado (positivo ou negativo) da escala. São então introduzidas no sistema unidades lexicais diferentes, que variam com o universo dos objectos sobre os quais incide a predicação. Para a antonímia entre *quente* e *frio* encontrámos [...] *a ferver* e *gelado*, como expressão do grau mais elevado positivo e negativo, respectivamente. Se, porém, a predicação construísse o universo de referência da temperatura ambiente, as expressões seriam diferentes: por exemplo, *está um forno* em oposição a *está um gelo*. (Campos 1991:241)

Ou seja: os antónimos graduáveis são caracterizados na sua essência como os extremos de uma escala. No entanto essa mesma escala pode ter outros extremos para além deles!!! É caso para perguntar: afinal quantos “extremos” podem ter as escalas deste tipo?

Por outro lado, os “extremos” também podem variar conforme forem os universos de referência. Isso significa, no fundo, que há (ou pode haver) uma escala para cada universo de referência: temperatura do corpo, temperatura ambiente, temperatura da casa, temperatura do lume, temperatura da água, temperatura do óleo, temperatura da cerveja, etc.

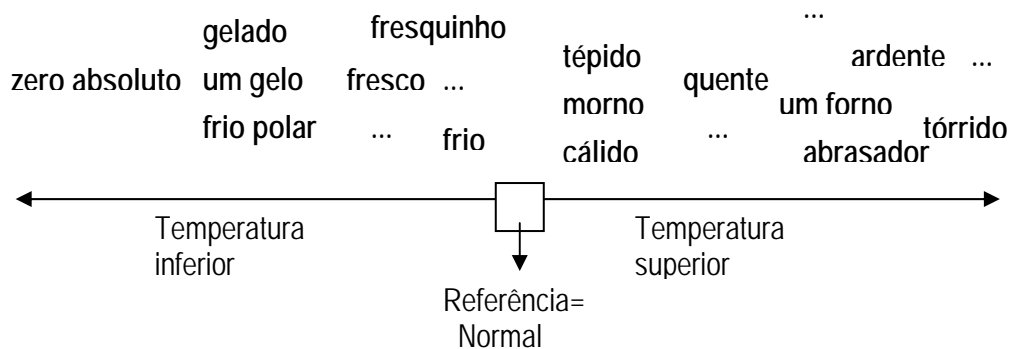
Mas o que se deve sobretudo questionar é a própria essência da ordenação escalar. Campos apresenta como escala básica *quente, morno, tépido, fresco, frio*. Mas, mesmo esta, será unívoca para os falantes? Qual é mais «quente»? A água «morna» ou a água «tépida»? Todos os falantes terão o mesmo conceito de aplicabilidade destes dois termos? Ou será que haverá uma conceptualização “oficial” (normativa)?

Campos (1991:241) acrescenta aos “extremos” da escala básica outros extremos para “o universo de referência” da temperatura ambiente”: “*está um forno/ está um gelo*”. Mas ao acrescentar diz, e muito bem, “por exemplo”. Ou seja, pode haver outros “extremos”. E, na verdade, pode:

tórrido, abrasador, ardente, um forno, quente, morno, tépido, cálido, fresco, frio, um gelo, gelado, frio polar.

E isto só para falar da “escala” do universo de referência da temperatura ambiente. Se a outros universos de referência se adaptasse esta escala(?) teríamos que introduzir termos/expressões como “quebrada da friúra” (água), fegoso/sensual (comportamentos), ...

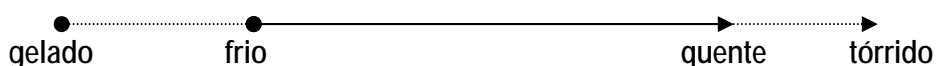
O que acontece é que em “escalas” como esta (que mesmo assim ainda é a que se presta melhor ao escalonamento) os termos continuam a funcionar na sua prototipicidade: são relativos e nunca compostos por traços necessários e suficientes que nos permitam inseri-los numa escala unívoca. O que podemos fazer é ordená-los pelo valor prototípico que nos permite aplicá-los a uma escala térmica (essa sim, contínua e unívoca):



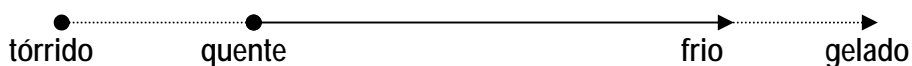
Só com muito boa vontade se pode dizer que isto constitui “uma escala”:

1. estão estes termos mas poderiam estar outros;
2. há a possibilidade (simbolizada pelas reticências) de continuamente acrescentar outros elementos à escala;
3. há elementos que podem ser considerados perfeitamente equivalentes;
4. há elementos cambiáveis na ordenação, já que não é possível ordená-los na escala de uma forma unívoca para os falantes (*tépido>morno>cálido, morno>cálido>tépido, morno>tépido>cálido, ...???*)

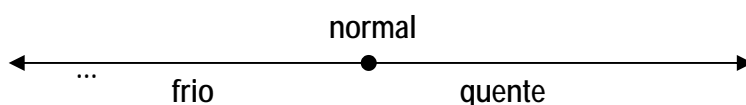
Além disso, ao contrário do que propõe Campos e que constituirá o cerne da questão, esta possível “escala” não se estrutura entre dois pólos opostos. Ou seja, o escalonamento (a ser assim considerado) não é feito entre dois pontos, sendo um positivo e outro negativo, mas sempre a partir de um ponto de referência considerado normal. Ou seja: o “escalonamento” não é feito entre o início e o fim de um vector unidireccional,



onde nada garante quais são os pontos iniciais e finais



mas entre dois vectores de sentidos opostos a partir de um ponto de referência tido como “normal”:



O próprio conceito de “antonímia gradativa” é, em si mesmo, contraditório. A noção de gradação implica mais “sequencialidade, continuidade” do que “oposição”. Em todas as escalas, os elementos não se opõem por antítese, mas distinguem-se sequencialmente pelo lugar que ocupam na série. Que sentido faz perguntar qual é o “contrário” de *dó*? E o contrário de 2 (nos números inteiros positivos)? Faz sentido contrapor os números positivos aos negativos (uma escala é o inverso de outra), mas não os elementos que compõem cada uma destas escalas.

Aliás, ao dizer-se que só existe antonímia graduável entre os termos opostos da escala, está-se implicitamente a reconhecer que são estes que contam para haver antonímia. Os termos ditos intermédios não fazem parte da oposição que a suporta. Os “termos intermédios” não são nada intermédios porque, por si, não têm nem um valor relativo, nem um lugar definido na escala. *Morno* é intermédio entre *quente* e *frio*? Depende: uma cerveja *morna* não está entre o *frio* e o *quente*, mas habitualmente é referida como *quente*. Por norma, as cervejas mornas “estão” quentes, enquanto os cafés mornos “estão” frios! O que interessa é o valor de contraste entre a oposição *quente-frio*. Não há, necessariamente, termos “intermédios”. A oposição *quente-frio* é antonímica, sim, porque implica uma valoração relativa a um *normal*. O termo *morno* não pertence, por si, a esta relação opositiva. Ele, ao contrário dos outros dois, é “relativamente absoluto”: implica uma temperatura que se pode indicar como, sensivelmente, entre 20°C e 35°C, que é a temperatura que nem é muito inferior nem superior à temperatura do corpo humano. Por isso mesmo, porque *morno* é “relativamente absoluto” enquanto *quente-frio* é sempre relativo a um normal, é que *morno* não é estruturalmente um termo possibilitador da construção de uma gradação. Ele, como representa uma temperatura relativamente objectivável, pode ser identificado com qualquer um dos extremos da escala (*café morno=café frio; cerveja morna=cerveja quente*).

Mas então não pode haver como que uma escala de palavras para determinados referentes?

Obviamente que sim! Mas isso não é antonímia. A língua também verbaliza a realidade mensurável quantitativamente. Essa referencialidade, no entanto, não é um tipo particular de antonímia. Esta não engloba a escala em si, mas apenas os termos opostos (como em todas as antonímias que se fazem entre dois termos).

2.4. Antonímia conversa

Segundo Campos (1991:243) a **antonímia conversa** pode ser exemplificada por construções como:

a) *o Gil é pai da Ana*

b) *a Ana é filha do Gil*

As condições necessárias para a **antonímia conversa** são:

1. trocando as unidades, a relação tem de “permanecer inalterada” (considerando-se “frases semanticamente equivalentes”)
2. “só pode ocorrer com unidades lexicais usadas como predicados de dois lugares” (Campos 1991:243)

Estão em relação de antonímia conversa, entre muitos outros, os seguintes pares de unidades lexicais: formas de comparativo de antónimos graduáveis (*mais alto/baixo que, menos bonito/feio que, etc.*), forma activa e passiva correspondente de verbos transitivos (*comer/ser comido, etc.*), e ainda verbos como *comprar/vender*, locuções prepositivas exprimindo localização relativa temporal ou espacial, como *antes/depois de, à direita/esquerda de, etc.* (Campos 1991:243)

À primeira vista, a antonímia conversa é simples e parece pacífica.

Não é, no entanto, bem assim.

Será que dizer *O Gil é pai da Ana* é semanticamente idêntico a dizer *A Ana é filha do Gil*?

O significado de uma e de outra é subtilmente diferente. Ao contrário do que pode querer dar a entender, a noção de antonímia conversa não implica identidade semântica:

6) (Mãe da Ana): Mesmo que me separe do Gil não o vou esquecer de repente. Bem sabes. **O Gil é o pai da Ana.**

7) A Ana é teimosa e agressiva? **A Ana é filha do Gil...**

As frases em negrito em 6) e 7) não são absolutamente idênticas. Em *O Gil é o pai da Ana* é o papel e estatuto do Gil que está, sobretudo em questão. O inverso para a outra frase. Dificilmente se poderiam trocar.

Fenómeno semelhante se passa na correspondência activa-passiva. É já uma discordância clássica entre as visões de fundo generativista e outras. Aceitar que a frase passiva é idêntica à activa (“a relação permanece inalterada”) é aceitar que a língua tem

uma estrutura (a passiva) genericamente dispensável e redundante. Se, no entanto, ao dizer-se que é “semanticamente equivalente” se quer dizer que há diferenças semânticas entre activa-passiva, está a admitir-se que não há “conversão” porque as duas estruturas não são simetrias uma da outra.

Dá-se ainda o caso, no mínimo curioso, de determinados verbos terem pelo menos dois antónimos conversos que não têm qualquer relação entre si:

VERBOS	ANTÓNIMOS CONVERSOS
<i>comprar</i>	<i>vender</i> <i>ser comprado</i>
<i>vender</i>	<i>comprar</i> <i>ser vendido</i>

Por outro lado, como as palavras não têm apenas o significado prototípico, os pares apresentados como antónimos conversos nem sempre se podem trocar:

8) A Teresa comprou o jornal ao ardina.

9) O ardina vendeu o jornal à Teresa.

Mas

10) A Teresa comprou-me o jornal (porque eu hoje não pude sair)

11) *Eu vendi o jornal à Teresa.

Quando os valores de *comprar/vender* não são prototípicos mas periféricos, a conversão manifesta-se impraticável:

12) Ainda compras uma guerra ao vizinho se o continuas a importunar.

13) *O vizinho ainda te vende uma guerra se o continuas a importunar.

A troca de *comprar* por *vender* implica uma troca de relações agentivas que alteram, por princípio, as relações semânticas estabelecidas entre os argumentos das frases.

2.5. Antonímia conversa, predicados simétricos e localizações espaciais

Uma espécie particular de antonímia conversa é constituída pelos designados “predicados simétricos”:

Observemos agora as seguintes frases:

31 a) o Gil casou com a Ana

b) a Ana casou com o Gil

32 a) o Gil é tão alto como a Ana

b) a Ana é tão alta como o Gil

33 a) o Gil está ao lado da Ana

b) a Ana está ao lado do Gil

Verifica-se que, se invertermos em qualquer das frases (a) a ordem dos argumentos, e mantivermos o mesmo predicado, obtém-se uma nova frase semanticamente equivalente à primeira. Um predicado nestas condições é habitualmente designado por **predicado simétrico**. (Campos 1991:244)

Só aparentemente é que as frases a) são idênticas (simétricas) às frases b). Os pressupostos de agentividade e/ou focalização do argumento que aparece em primeiro lugar alteram-se caso ele mude o seu lugar na linearidade sintagmática.

Mas onde nitidamente se nota esta diferença e a impossibilidade sistemática da permuta, ou seja, o não funcionamento simétrico, é nos localizadores espaciais (que Campos refere, exemplificando-os nas últimas frases: *O Gil está ao lado da Ana / A Ana está ao lado do Gil*).

Poderíamos acrescentar outros “antónimos conversos” de localização espacial:

14a) O Gil está à frente da Ana.

14b) O Ana está atrás do Gil.

15a) O livro amarelo está em cima do livro vermelho.

15b) O livro vermelho está debaixo do livro amarelo.

Esta “simetria” ou “convertibilidade” é enganadora, já que representa não o normal funcionamento destes predicadores, mas notoriamente os casos de excepção. Na normalidade, a conversão não funciona:

16a) Os músicos estão ao lado da Catedral.

16b) ?A Catedral está ao lado dos músicos.

17a) Os presos estão atrás das grades.

17b) ?As grades estão à frente dos presos.

18a) As pombas estão em cima do telhado da igreja.

18b) ?O telhado da igreja está debaixo das pombas.

Porque é que isto acontece? Por que razão se devem considerar casos de excepção as relações entre os elementos envolvidos nas localizações das frases a) em 14) e 15) e ser a normalidade o que se passa nas frases a) de 16), 17) e 18)?

2.5.1. Os processos de configuração espacial: o elemento a localizar e o elemento localizador

Para haver uma localização espacial, um objecto tem de ser situado relativamente a um outro objecto.

É facilmente constatável que num processo normal de localização espacial o elemento que se quer situar, de localização desconhecida, e o elemento que serve de ponto de referência para a localização normalmente não são, nem devem ser, do mesmo tipo.

A este propósito, varia muito a denominação atribuída às entidades que participam nos processos de localização espacial: *Figure/Ground* (Talmy), traduzido por *Figura/ Fundo* (por exemplo em Batoréo,1996); *figura/ base* (Cifuentes Honrubia, 1989); *cible/site* (Vandeloise,1986); em italiano aparece também *figura-sfondo* e *figura-base* (Violi 1991).

Segundo Vandeloise (1986:34) a diferença entre *cible* (=objecto a localizar) e *site* (=objecto localizador) pode ser feita através de características que cada um acumula. Um *cible/site* será tanto mais prototípico quantas mais características acumular:

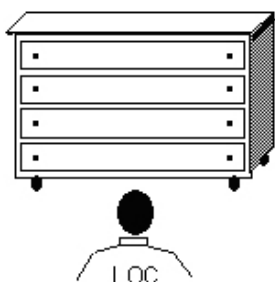
<i>CIBLE</i>	<i>SITE</i>
-Sempre o sujeito da relação espacial	-Objecto da relação espacial
-Informação nova	-Informação antiga
-Pequeno	-Massiço (grande)
-Difícil de situar	-Fácil de distinguir
-Móvel (frequentemente)	-Imóvel
-Mutável	-Imutável

É fácil compreender que quer o *cible* (*alvo/Figura*), quer o *site* (*sítio/Fundo*) raramente reúnem todas estas características simultaneamente. O que Vandeloise quer dizer é que o *cible* ou *site* deveriam idealmente preencher estes requisitos.

Ora a ser assim, talvez a terminologia proposta por Vandeloise não seja a mais adequada, principalmente a que designa o sujeito da relação espacial. Na verdade, se ele frequentemente é difícil de situar e móvel, não se vê como poderá ser chamado "alvo" (*cible*), já que um alvo, normalmente, possui as características contrárias: é bem visível, fácil de situar e imóvel. É evidente que um alvo pode ser móvel; não o é, no entanto, nem necessariamente, nem prototipicamente. Escolhe-se por alvo, a maior parte das vezes, uma coisa parada; se tal não for possível, se o alvo se movimenta, escolhe-se para alvo quando

está parado (um animal a caçar, por exemplo); só se não for possível de todo, é que o alvo o é em movimento.

A denominação *Figura-Fundo*, de Talmy, não se revela muito adequada no que respeita, em português, à designação do objecto localizador (*fundo*). Desde logo porque o *Fundo* pode ser aquilo que está em primeiro plano, e a *Figura* o que aparece mais ao fundo:



37) O móvel está em/à frente de mim (à minha frente).
(Móvel= *Figura*; Eu=LOC= *Fundo*)

Figura 1

Por outro lado, há determinadas configurações em que o *Fundo* fica obrigatoriamente entre o observador e a *Figura*, como acontece no uso de *atrás* para o modelo da visibilidade³:

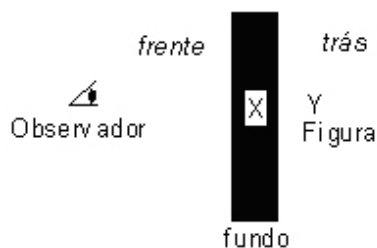


Figura 2

- 19) O rato está atrás do móvel.
- 21) O leão está atrás das grades.
- 22) A minha aldeia fica atrás daquela montanha.

Ora não parece muito “lógico” que o “*Fundo*” apareça, para o observador, à frente da *Figura*. Por definição o *Fundo* deverá sempre ser o que aparece ... “ao fundo”.

Por outro lado, numa situação em que se queiram localizar vários objectos relativamente a um, este transforma-se tendencialmente no centro localizador e no centro das localizações:

³ Sobre a configuração linguística da espacialidade em geral e particularmente sobre os modelos semântico-cognitivos que configuram o eixo *frente/trás*, ver Teixeira 2001.

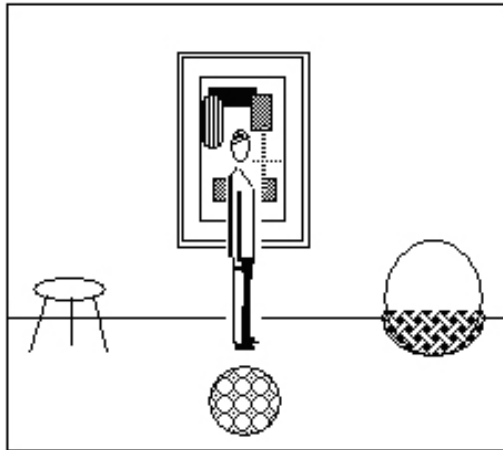


Figura 3

- 23) A cesta está à frente do homem.
- 24) O banco está atrás do homem.
- 25) A bola está ao lado direito do homem
- 26) O quadro está ao lado esquerdo do homem.

Isto equivale a dizer que, numa situação como esta o *centro* configurador é o *Fundo* de todas as localizações.

Ora a noção de *Fundo* apela para uma certa projecção centrífuga que é absolutamente incompatível com a noção de *centro* configurador. É que o objecto que serve de referência nem sempre, nem sequer prototipicamente, fica, na óptica do observador, depois da *Figura*.

Além disso, a denominação *Figura-Fundo* insere-se nitidamente no plano da horizontalidade, já que o conceito de *Fundo* é um conceito primordialmente horizontal. As configurações espaciais não se limitam, no entanto, a este plano, já que a verticalidade é, tal como a frontalidade, um vector de primeira importância. Designar por *Fundo* algo que pode ficar no primeiro plano e no eixo da verticalidade, parece-nos pouco adequado. Senão, repare-se:

- 27) Muita água passará por baixo das pontes. (*água = Figura; pontes = Fundo (?)*)

A designação *base*, em vez de *Fundo*, para indicar o objecto que serve de referência (como em Honrubia, 1989) já nos parece mais aceitável, embora não seja a ideal, a nosso ver. É que nem sempre o objecto-referência coincide com a noção que temos de uma “base”. Se em

- 28) A jarra está em cima da mesa.

facilmente se aceita designar *mesa* como a base relativamente à qual se situa a *Figura*, já em

- 29) O tapete está por baixo da mesa.

parecerá um pouco estranho considerar a mesa a “base” do tapete.

Todas estas razões nos levam a colocar certas reservas à designação terminológica *Fundo* para representar o objecto que serve de ponto de referência numa localização espacial. Para tal, propomos manter o termo *Figura* para representar o objecto que é localizado e para o termo que representa o objecto que serve de referência numa configuração espacial utilizar a designação *Configurante*. Essencialmente pelos seguintes motivos:

1) O termo *Fundo* pode tornar-se confuso e por vezes pouco adequado (pelas razões que atrás expusemos);

2) Como se trata de *configurações* espaciais, parece-nos pertinente um termo da mesma família.

3) O verbo *configurar* aponta exactamente para a ideia de “processo de representação” de algo;

4) Os próprios monemas que compõem a palavra indicam que se trata de um processo em que uma *figura* (*figurar*) co-ocorre com outros elementos (*con-* +*figurar*);

5) O sufixo *-ante* indica, neste caso, “aquilo que serve para configurar”, à semelhança do que, por exemplo, acontece com *significante*, “aquilo que serve para significar”.

Parece-nos, pois, justificada a opção de, nas localizações ou configurações espaciais, manter para o objecto que se quer situar o termo *Figura* e usar para o objecto, que na configuração serve de marco de referência em relação ao qual a *Figura* é situada, o termo *Configurante*.

2.5.2. Assimetria entre a *Figura* e o *Configurante*

Aparentemente, haveria toda a lógica em que as configurações espaciais funcionassem de uma forma simétrica. Se, na verdade, existem sempre dois elementos, {X, Y}, em cada configuração, em princípio pode-se localizar {X} relativamente a {Y}, ou então {Y} relativamente a {X}. Na verticalidade,

30a) A minha mão está em cima da tua.

30b) A tua mão está debaixo da minha.

na frontalidade,

31a) O Zé está à frente da Teresa.

31b) A Teresa está atrás do Zé.

ou na lateralidade,

32a) O Hospital fica ao lado dos Correios.

32b) Os Correios ficam ao lado do Hospital.

Ora se estes exemplos provam que *às vezes* pode ser assim, na generalidade dos casos isso não acontece.

A razão que faz com que *Figura* e *Configurante* não sejam quase sempre situacionalmente simétricos prende-se, como é fácil de ver, com a assimetria estatutária que entre eles, enquanto prototipicamente considerados, existe. Tendencialmente (e adaptando a síntese de Vandeloise antes apresentada):

<i>FIGURA</i>	<i>CONFIGURANTE</i>
-Sujeito da relação espacial	-Objecto da relação espacial
-Situação desconhecida	-Situação conhecida
-Pequeno	-Massiço (grande)
-Difícil de situar	-Fácil de distinguir
-Móvel	-Imóvel
-Mutável	-Imutável

É esta assimetria estatutária que não permite simetrias situacionais como as que atrás assinalámos:

16a) Os músicos estão ao lado da Catedral.

16b) ?A Catedral está ao lado dos músicos.

17a) Os presos estão atrás das grades.

17b) ?As grades estão à frente dos presos.

18a) As pombas estão em cima do telhado da igreja.

18b) ?O telhado da igreja está debaixo das pombas.

A razão que aparece para justificar esta assimetria costuma referir apenas as diferenças apontadas entre a *Figura* e o *Configurante* (ou *fundo/ground/sfondo/site/base*, ...). No entanto, para além daquela, há outra razão para a assimetria funcional das localizações espaciais que tem a ver com as diferenças intrínsecas das próprias dimensionalidades espaciais em causa.

Normalmente são apenas tidos em conta três eixos (verticalidade, frontalidade e lateralidade). Ora nesses eixos, como nos exemplos acima apresentados, em determinadas simetrias entre *Figura* e *Configurante* as configurações espaciais ficam esquisitas mas, até

certo ponto, compreensíveis, já que “X em relação a Y” admite sempre, melhor ou pior, Y em relação a X”:

Eixo	X em relação a Y	Y em relação a X	Aceit.
Verti- calid.	<i>A minha mão está em cima da tua.</i>	<i>A tua mão está debaixo da minha.</i>	Total
	<i>A pomba está em cima do telhado.</i>	<i>?O telhado está por baixo da pomba.</i>	Pouca
Fron- talid.	<i>O Zé está à frente da Teresa.</i>	<i>A Teresa está atrás do Zé.</i>	Total
	<i>Os presos estão atrás das grades.</i>	<i>?As grades estão à frente dos presos.</i>	Pouca
Late- ralid.	<i>O Hospital fica ao lado dos Correios.</i>	<i>Os Correios ficam ao lado do Hospital.</i>	Total
	<i>Os músicos estão ao lado da catedral.</i>	<i>?A catedral está ao lado dos músicos.</i>	Pouca
Interi- orid.	<i>A Inês está dentro do carro.</i>	<i>?O carro está por fora da Inês.</i>	Pouca
	<i>O vinho está dentro da garrafa.</i>	<i>?A garrafa está por fora do vinho.</i>	Pouca

Como é fácil de comprovar, no entanto, na interioridade, ao contrário do que acontece nos outros eixos, dificilmente pode haver simetria configurativa entre a *Figura* e o *Configurante*. A assimetria *Figura/Configurante* é mais radical, porque o *Configurante* é, normalmente, o contentor e a *Figura* o conteúdo. Ora para haver interioridade, tem de ser o conteúdo a ser referido dentro do contentor e não o contentor por fora do conteúdo. Trocar a relação *Figura/Configurante* implica, aqui, trocar a essência da configuração.

Note-se que na própria vertente da interioridade não há o mesmo tipo de equivalência entre os seus pólos como há nas outras vertentes espaciais. Assim, na frontalidade, por exemplo, é, por princípio, possível referir *X à frente de Y* ou *X atrás de Y*. A *Figura* pode ser colocada em qualquer dos pólos da vertente espacial, não só neste vector como nos da lateralidade ou verticalidade. Ao contrário, na interioridade não há equivalência entre os pólos: a *Figura* é normalmente situada *dentro* do *Configurante*. Quando é situada na vertente oposta, *fora*, tal deve ser interpretado como estando numa situação não normal, não habitual, que não se esperaria ou que seria natural não estar:

33) Os lápis estão fora da caixa.

34) As meias estão fora da gaveta.

35) A Inês está fora do carro.

3. A antonímia como conceito prototípico

A questão, pelo que se viu, não pode, por conseguinte, ser “Quantas antonímias há?”. As relações de antonímia com que os falantes percebem determinadas unidades da

língua não são construídas a partir das relações estabelecidas pela lógica formal. Seleccionar um uso ou outro em que tais relações lógicas aparentemente funcionam, é deturpar os dados e não aceitar a elasticidade e a não previsibilidade total dos valores semânticos que caracterizam o léxico de uma língua.

O erro de fundo é considerar que a antonímia se verifica entre palavras, ou entre “entradas lexicais”. A antonímia é mais um fenómeno do uso do que uma estrutura do sistema. Verifica-se entre vertentes de palavras e não entre a globalidade da unidade. Em rigor, não se pode dizer que as palavras “X” e “Y” são antónimos, mas sim que pode haver usos em que “X” actualizando vários valores, projecta um que é antónimo de um outro valor projectado por “Y”. A globalidade do modelo semântico que cada palavra é dificilmente encontrará na língua uma outra globalidade semântica totalmente antónima. Por outras palavras: a antonímia verifica-se entre componentes semânticos (semas, na terminologia estruturalista) das unidades e não entre as unidades globalmente consideradas.

Veja-se.

Ponhamos o caso de duas palavras, *T* e *L*, compostas de vários traços semânticos⁴:

$T = [(+AC) (+MV) (+AG) (+CS) (+PS) (+AP) (...)]$

$L = [(+AC) (+MV) (+AG) (+CS) (+PS) (-AP) (...)]$

Não faz muito sentido perguntar se estas duas palavras são sinónimas ou antónimas. Não é contando se têm muitos ou poucos traços em comum que se adivinha se são uma coisa ou outra. O que permite o uso antonímico é a existência de, pelo menos, um traço comum presente, numa positivamente e noutra negativamente. No entanto, a existência, em princípio, de traços opostos não garante a constância do funcionamento antonímico. A razão é simples: ao contrário do que defendem as teorias componenciais de CNS⁵, as categorias linguísticas não possuem apenas um tipo de membros que realizam a totalidade dos seus valores, mas têm membros centrais, prototípicos e outros mais periféricos. Não há apenas um *deixar*⁶, um *levar* ou um *trazer* em português, mas vários *deixares*, *levar*es e *trazer*es. Para a teoria do protótipo, cada conceptualização codificada lexicalmente contém

⁴ Cada traço semântico (“movimento”, por exemplo) aparece simbolizado por duas letras entre parêntesis (+MV); a presença do traço é assinalada com o sinal + e a ausência com o sinal -. Preferimos o parêntese aberto à direita ([...]) e não fechado ([...]) dado que se considera que cada palavra é um conjunto composto por uma relação implicativa (e por isso indefinida) e não somativa (e por isso fechada) de traços semânticos.

⁵ As chamadas *Teorias das Condições Necessárias e Suficientes* (CNS) – de que são exemplos as teorias componenciais do estruturalismo europeu e generativistas—defendem que cada unidade linguística é composta por um conjunto de traços necessários e suficientes para poder ser definida semanticamente.

⁶ Sobre os vários valores de *deixar* e a respectiva estrutura semântica, ver Augusto Silva, 1999, *A semântica de deixar: uma contribuição para a abordagem cognitiva em semântica lexical*, FCG/FCT, Lisboa.

uma série de valores centrais (prototípicos –representados na Figura 4 por 1) e outros periféricos (valores 2, 3, 4, 5, n):

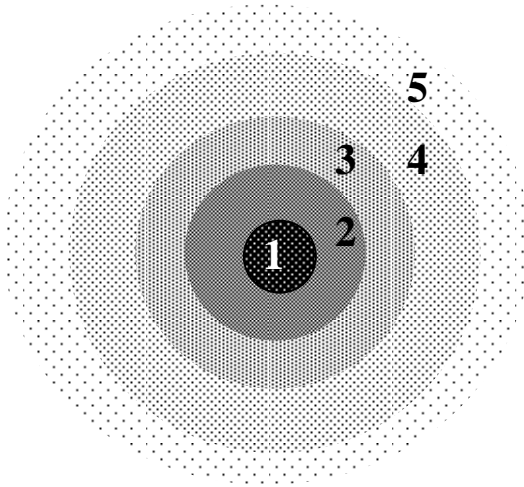


Figura 4: estrutura de uma categoria linguística desde o valor prototípico (1) até a alguns periféricos (2, 3, ...)

Ou seja, nem sempre as categorias linguísticas actualizam no discurso os valores prototípicos (1). Significa isto que podem actualizar valores periféricos que não mantendo a validade do protótipo não permitem a antonímia que este possibilita.

Por isso é que palavras (prototipicamente) antónimas, podem também ser sinónimas:

36) O que é que a Rita levava vestido quando entrou no casino?

37) O que é que a Rita trazia vestido quando entrou no casino?

Parece ser, assim, mais razoável defender, não que *levar/trazer* são antónimos (tê-lo-iam que ser sempre, o que não acontece em casos como 36) e 37)), mas que podem funcionar como tal. E isto porque embora *levar/trazer* tenham, na maior parte dos usos, valores de oposição, o traço que marca essa oposição habitual pode, em modelos periféricos de *levar/trazer*, ser anulado e os dois verbos projectarem apenas os valores que têm em comum:

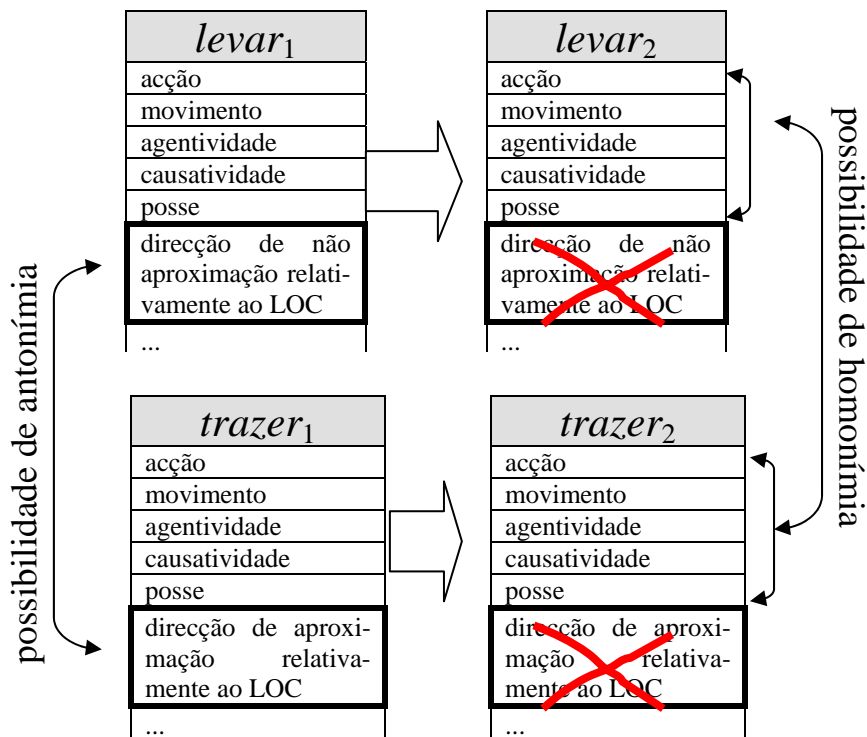


Figura 5 *levar/trazer*: usos antonímicos e sinónimos

Por tudo isto, vê-se que a oposição semântica não é idêntica às oposições lógicas: Para uma unidade {P} não há um {-P}. Defender que *azul* é antónimo de *amarelo* e de *verde* ou *castanho* tal como *bonito* é antónimo de *feio* é ir contra as intuições mais fundacionais que os falantes possuem.

A noção de antonímia, para ter um fundamento linguístico real, tem que ser entendida pela perspectiva que os falantes a utilizam na língua. Não assenta em mecanismos lógicos e complexos, mas cognitivos e por isso “básicos” (para os seres humanos que fazem de cognições complexíssimas tarefas “básicas”). A antonímia é mesmo isso, um dos mais básicos processos de organização mental do vocabulário que cada falante tem que fazer. A oposição básica, que suporta a maior parte de todas as outras, é a de BOM versus MAU: *bom/mau*, *bonito/feio*, *grande/pequeno*, *claro/escuro*, *vida/morte*, *fácil/difícil*, *longe/perto* são oposições que se inter-relacionam de múltiplas formas, de que um qualquer esquema, como o da Figura 6, só muito rudimentarmente pode dar conta:

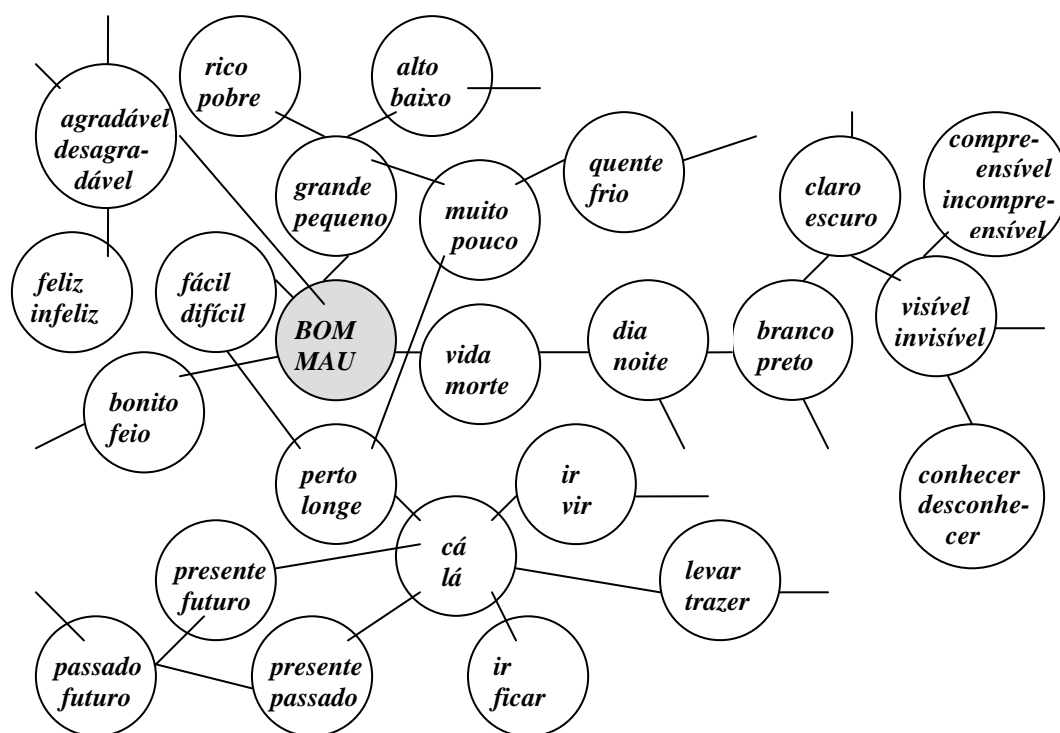


Figura 6

Estas e outras oposições codificam as cognições essenciais para a sobrevivência da espécie humana e por isso serem prioritariamente salientes. Não é de estranhar que os seres humanos organizem a sua memória cognitiva através de esquemas básicos de capital importância e cristalizem os resultados nos valores e significados das palavras que utilizam para referirem o mundo em que se inserem.

É porque as oposições antonímicas se baseiam num encadeamento deste género⁷ que é facilitada a organização semântica dos itens lexicais nos mecanismos linguístico-cognitivos dos falantes. Esta organização assenta, assim, na oposição binária, frequentemente relacionável com o núcleo mais primitivo *bom/mau*. Por isso mesmo, é que se deve considerar que prototipicamente os antónimos são oposições binárias e não relações de complementaridade, como é o caso das seriações de elementos constitutivos de um conjunto: *azul/amarelo*, *sete de ouros/quatro de copas* ou *pai/filha* não são verdadeiros antónimos. Se os falantes não os sentem nem os organizam mentalmente assim, porque é que deveriam linguisticamente serem vistos como tal?

Desde que o falante encontre possibilidade de opor binariamente um aspecto (“traço sémico”) de uma palavra a uma outra de idêntica referencialidade, pode construir-se uma

⁷ A Linguística Cognitiva utiliza a expressão “semelhanças de família”, de origem wittgensteiniana, para indicar relações semânticas deste tipo, em encadeamento, em que os elementos acabam por estar todos ligados sem terem que existir as “condições necessárias e suficientes” comuns, supostas pelas teorias componenciais estruturalistas e generativistas.

oposição antonímica. Essa oposição baseia-se prototipicamente nas oposições cognitivas que se alicerçam nas experiências do *bom/mau* e por processos de encadeamento e metaforizações constroem uma rede semântica antonímica. Por isso é que se “descobrem” mais facilmente uns antónimos que outros, mesmo dentro das mesmas classes gramaticais. Por isso é que há antónimos “evidentes” em alguns substantivos (*dia/noite, vida/morte*), praticamente impossíveis noutros (*telemóvel/???, papel/???, leite/???*) ou a que os falantes podem atribuir traços passíveis de antonimização. Se se perguntar o antónimo de *janela*, muitas das respostas assinalarão *porta* porque se constata as características e funcionalidades comuns (“deixar entrar o ar, a luz”, “permitir a visibilidade dentro/fora, ...”) e se podem opor binariamente pelo menos por uma: “destinar-se à entrada das pessoas/não se destinar à entrada das pessoas”. Porque, neste aspecto, uma pode ser vista como “o contrário da outra”, podem permitir a construção, pelos falantes, de um par antonímico, obviamente de uma antonimização de menor prototipicidade.

“Uma palavra que quer dizer o contrário de outra”: esta percepção tão básica da antonímia, pode ser mesmo a sua melhor definição. Isto porque supõe que a antonímia se estabelece entre duas palavras, se realiza no “querer dizer” da fala e se baseia, não em mecanismos lógicos, mas no entendimento que os falantes têm da realidade e que inscrevem nas codificações linguísticas com que a percebem e referem.

Referências

- Batoréo, Hanna Jakubowicz, 2000, *Expressão do Espaço no Português Europeu: Contributo psicolinguístico para o estudo da linguagem e cognição*, FGC/FCT, Lisboa.
- Campos, Maria Henriqueta Costa e Xavier, Maria Francisca, 1991, *Sintaxe e Semântica do Português*, Universidade Aberta, Lisboa.
- Cuenca, Maria Josep e Hilferty, Joseph, 1999, *Introducción a la Lingüística Cognitiva*, Ariel, Barcelona
- Damásio, António R., 1995, *O Erro de Descartes*, Europa-América.
- Honrubia, José Luis Cifuentes, 1989, *Lengua y Espacio - Introducción al problema de la deixis en español*, Secretariado de Publicaciones, Universidad de Alicante.
- Johnson, Mark, 1987, *The Body in the Mind: The Bodily Basis of Meaning, Imagination and Reason*, The University of Chicago Press, Chicago.
- Lakoff, George, 1995, "Embodied Minds and Meanings", in Baumgartner, Peter e Payr, Sabine (Edit.), *Speaking Minds — Interviews with Twenty Eminent Cognitive Scientists*, Princeton University Press.
- Lakoff, George, 1987, *Women, Fire, and Dangerous Things: What Categories Reveal about the Mind*, The University of Chicago Press, Chicago and London.
- Lakoff, George e Johnson, Mark, 1980, *Metaphors We Live By*, The University of Chicago Press, Chicago.
- Pietroforte, Antonio V. S. e Lopes, Ivã Carlos, 2003. “A semântica lexical”, in *Introdução à Linguística – II Princípios de análise*, Contexto, S. Paulo.
- Rosch, E., 1973, “On the internal structure of perceptual and semantic categories”, in T. Moore, ed., *Cognitive Development and the Acquisition of Language*, Academic Press, New York, pp. 111-144.
- Rosch, E., 1975, “Cognitive representations of semantic categories”, in *Journal of Experimental Psychology*, 104, pp. 192-233.
- Silva, Augusto S., 2004, “Protótipos, Imagens e Metáforas, ou o Experiencialismo da Linguagem e do Pensamento” in Dinis, A. e Curado, J. M., *Consciência e Cognição*, Publicações da Faculdade de Filosofia, U.C.P., Braga.
- Talmy, L., 1983, "How language structures space", in H. Pick e L. Acredolo (eds.), *Spacial orientation: theory, research, and application*, Plenum Press, Nova Iorque.

- Teixeira, José, 2001, *A Verbalização do Espaço: modelos mentais de frente/trás*, Universidade do Minho/Centro de Estudos Humanísticos, Braga.
- Vandeloise, Claude, 1986, *L'Espace en Français*, Éditions du Seuil, Paris.
- Violi, Patrizia, 1991, "Linguaggio, percezione, esperienza: il caso della spazialità", in *Versus*, n° 59/60, *Esperienza percettiva e linguaggio*, Bompiani.